



## MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ



ASSESSORIA JURÍDICA  
PARECER N.º 066/2018  
PROCESSO N.º 044/2018

### SOLICITAÇÃO DE PARECER, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FINS DE REMEDIAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS- ATERRO LINHA PULADOR SUL

O Sr. Secretário da Administração e Planejamento encaminhou a esta Assessoria, na data de 09 de maio de 2018, o Processo n.º 044/2018, solicitando PARECER referente à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REMEDIAÇÃO ÁREAS DEGRADADAS NO ATERRO NA LINHA PULADOR SUL.

A solicitação decorre do Memorando Interno, em que é apresentada a justificativa para a contratação, qual seja a contratação de empresa para assessoria ambiental de remediação de áreas degradadas de RSU.

Foram apresentadas nos autos propostas de três empresas, quais sejam RS ENGENHARIA inscrita no CNPJ nº10.517.739/0001-29, PLATANO AMBIENTAL inscrita no CNPJ nº 12.749.476/0001-09 e BIOMA NEGÓCIOS FLORESTAIS CNPJ nº22.155.492/0001-27, sendo o menor orçamento o da empresa BIOMA NEGÓCIOS FLORESTAIS CNPJ supracitado no valor de R\$5.724,00 ( CINCO MIL SETECENTOS E VINTE E QUATRO REAIS).

Analisando o valor orçado, entendemos se tratar da hipótese de dispensa de licitação com base no artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, tendo em vista que o valor é inferior a R\$ 8.000,00.

Consta dos Autos a devida consulta e reserva de dotação orçamentária para a contratação, havendo recursos disponíveis para a contratação.

No entender desta Assessoria, não há óbices à Dispensa de licitação para a contratação da empresa que apresentou o melhor orçamento, considerando o valor do contrato, as quais constam dos Autos conforme determinação legal.

Contudo, compulsando os autos não foi encontrada a negativa referente a





## MUNICÍPIO DE IBIRUBÁ



débitos junto a Seguridade Social e de FGTS.

Desta feita, permanece, a obrigação quanto ao cumprimento do art. 195, § 3º da Constituição Federal.

Importante frisar, que o tema foi exaustivamente abordado na Decisão TCU nº 705/1994, por meio da qual o Plenário desta Casa firmou entendimento, em caráter normativo, de que a comprovação da regularidade em relação à seguridade social não pode ser dispensada, mesmo nos casos de que trata o já mencionado art. 32, § 1º da lei de licitações o qual se aplica a dispensa conforme referida decisão.

Menciono ainda, a decisão do Egrégio Tribunal de Contas da União, em sua Decisão nº 1.241/2002 – Plenário decidiu que se deve ater "à exigência de comprovação de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS quando da dispensa ou inexigibilidade de licitação, tanto na contratação como na efetuação de pagamentos (art. 195, Inciso I, § 3º da CF 88 art. 47, I, alínea "a" da Lei nº 8.212/9, art. 27, alínea "a" da Lei nº 8.036/90 e art. 2º da Lei nº 9.012/95)".

Ainda, se faz necessária a juntada de negativa trabalhista. Na opinião de Marçal:

"a contratação direta não importa, de modo mecânico, a dispensa de comprovação dos requisitos de habilitação. Ou seja, os mesmos fundamentos que impõem a verificação da idoneidade daquele que participa de uma licitação também se aplicam no caso de contratação direta.(...) ( pg. 489 apud <https://jus.com.br/artigos/20744/a-exigencia-de-regularidade-trabalhista-nas-licitacoes>)

Este é salvo o melhor juízo, o PARECER que submetemos à consideração superior pela possibilidade de contratação, desde que, juntada a comprovação de regularidade junto ao INSS, FGTS e Justiça do Trabalho.

Ibirubá-RS, 09 de maio de 2018

Fábio de Oliveira Cocco  
Assessor Jurídico  
OAB/RS 73.189